

Fleury denuncia sabotagem na área de saúde

Não liberação de recursos do governo federal para o Sistema Único de Saúde fez o Estado de São Paulo perder o equivalente a 18 hospitais do tamanho do complexo do Hospital das Clínicas

JOSÉ CASADO

O Estado de São Paulo perdeu 36 mil leitos na rede pública de assistência de saúde, nos últimos três anos, por causa dos cortes do governo federal nas verbas para o setor, segundo a Secretaria de Saúde. Isso equivale ao fechamento de 18 hospitais do tamanho do complexo Hospital das Clínicas da cidade de São Paulo, o maior do gênero na América Latina, de acordo com o secretário paulista Cármino Antonio de Souza.

“A crise no setor de saúde chegou ao extremo”, diz o governador Luiz Antonio Fleury Filho, que acrescenta: “O que o Ministério da Fazenda está fazendo é uma autêntica sabotagem no Sistema Único de Saúde; os Estados e municípios estão sendo obrigados, mês a mês, a aumentar seus gastos no atendimento hospitalar e ambulatorial, porque o governo federal resolveu descumprir a Constituição e, simplesmente, cortou o repasse de um terço dos recursos do Orçamento de Seguridade Social para a saúde; não dá mais para agüentar.”

O governador paulista anuncia para esta semana uma ação judicial contra o Ministério da Fazenda “por crime de responsabilidade”, além de uma campanha publicitária, para “demonstrar que os executores do Plano Real estão aprofundando a crise no sistema nacional de saúde”.

Trata-se de um confronto entre o Estado e o governo federal sobre a forma de execução do Plano Real. Uma crise a menos de dois meses do primeiro turno da eleição presidencial.

“A realidade é que o governo federal se tornou refém dos executores do Plano Real”, diz Fleury. “Eles fizeram um pacto, se sair um, saem todos; e não estão nem um pouco interessados em saber se tem gente morrendo nas portas dos hospitais; fizeram um plano sem programas sociais compensatórios; o resultado é que em 1980, o governo federal gastava com saúde R\$ 80 per capita, no período Collor esse gasto caiu para R\$ 29,00 e, agora, estamos com R\$ 16,00”.

O secretário estadual de saúde fez as contas e chegou à conclusão de

que nos últimos 18 meses o Estado acumulou R\$ 178 milhões em “perdas financeiras” com operações de cobertura de déficits na rede pública de saúde. “Além de reduzir os gastos no setor, de forma global, o governo federal repassou verbas com atrasos de até 120 dias — reteve o dinheiro para aplicar no mercado financeiro, enquanto nós fazíamos os pagamentos.”

São Paulo tem 130 mil leitos hospitalares. “Nos últimos três anos, ampliamos em 8 mil a oferta de leitos em hospitais públicos, mas perdemos outros 36 mil, principalmente no sistema de convênio com a rede privada, por causa dos cortes nas verbas federais.”

Não se trata de um caso isolado, como ficou demonstrado no Encontro Nacional de Secretários de Saú-

de, realizado na semana passada em Goiânia. Na tarde de quinta-feira, secretários, médicos e administradores hospitalares saíram às ruas em protesto contra o governo Itamar Franco.

O governador faz um desabafo: “Não tenho feito outra coisa a não ser atender pedidos de prefeitos que estão pagando o preço, diante da população, pe-

lo fechamento de hospitais e ambulatoriais, por causa da insensibilidade dos técnicos da Fazenda; estamos gastando R\$ 300 milhões por ano na compra de medicamentos; o pior é que os recursos existem, são do Orçamento da Seguridade Social, há uma Constituição e uma lei específica obrigando o repasse, mas não se faz nada.”

Pelas contas da secretaria paulista, a rede pública de saúde deveria estar recebendo cerca de R\$ 15 bilhões por ano desse orçamento. Desde janeiro de 1993, quando a Previdência Social deixou de repassar recursos ao setor de saúde, os gastos federais foram reduzidos para R\$ 3 bilhões anuais.

O problema tende a se agravar, do ponto de vista da administração financeira. Isso porque, mesmo com os cortes nos gastos com saúde, o governo federal não está conseguindo cobrir todos os gastos previdenciários: apenas as despesas com benefícios já estão absorvendo 97% da arrecadação da Previdência.

**CORTE DE
VERBAS
LEVOU REDE
PÚBLICA A
DESATIVAR 36
MIL LEITOS
HOSPITALARES**



Fleury Filho: ação judicial contra o Ministério da Fazenda por crime de responsabilidade

Governo abre confronto com Fazenda

Uma campanha publicitária com um duro ataque ao Ministério da Fazenda está sendo montada pelo governo paulista. Vai começar com a publicação de um “manifesto” nesta semana, anuncia Luiz Antonio Fleury Filho, governador do Estado.

“Os responsáveis pela operacionalização do Plano Real, do Ministério da Fazenda, conseguiram encontrar uma fórmula capaz de prejudicar, ainda mais, a situação já bastante delicada do financiamento do Sistema Único de Saúde”, diz o documento, que abre o confronto com a Fazenda e foi subscrito pela secretaria estadual de saúde, Assembleia Legislativa e prefeituras do interior, entre outros.

“Os tecnocratas do Ministério da Fazenda — continua o texto — conseguiram, com a operacionalização do Plano Real, provocar

uma redução de aproximadamente US\$ 200 milhões (ou reais) por mês” nos recursos para a saúde.

Argumenta que, em junho, foi feito um acordo nacional com a Fazenda sobre uma nova tabela de preços (“já em reais”) para prestação de serviços de saúde pública:

“Com essa nova tabela, os recursos necessários eram equivalentes a US\$ 600 milhões mensais (ou reais na época).”

“Ficou ainda acertado, prossegue o documento, que para pagamento das contas referentes aos serviços prestados durante o mês de junho seriam liberados R\$ 512 milhões da seguinte forma: 334 milhões até 10 de julho passado

(o que não aconteceu) e 178 milhões até o próximo dia 31. Apesar de estar tudo “devidamente acordado”, a situação mudou agora. A Fazenda informou que “as contas que vão valer, agora, são outras”. “O Ministério da Fazenda afirma que só repassará R\$ 268 milhões.”

**MINISTÉRIO
É ACUSADO DE
NÃO CUMPRIR
ACORDO**

“Isso tudo parece inacreditável”, diz o texto. Significa “um calote de R\$ 238 milhões de serviços já presta-

dos e, se este valor for projetado para o futuro, vai implicar redução de milhares de internações (mais ou menos 150 mil) e milhões de atendimentos ambulatoriais, todos os meses, em todo o País”, conclui o documento. (J.C.)